CONGRESSO
9º CNP defende Engenharia Nacional

EDUCAÇÃO
Crea e Mútua promovem curso de Iluminação Urbana

FISCALIZAÇÃO
Seminário de Fiscalização em Campina Grande

ARTIGO
Atuação profissional na elaboração de EIAs/RIMAs

CREA-PB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

REVISTA
JOÃO PESSOA
EDIÇÃO 04
DEZEMBRO 2016

CREA-PB PARTICIPA DOS 70 ANOS DO CLUBE DE ENGENHARIA

ÍNDICE

04
CONGRESSO
Carta do 9º CNP defende a Engenharia Nacional

08
FISCALIZAÇÃO
Denúncia resulta em operação relâmpago na zona rural

10
EDUCAÇÃO
CREA e MÚTUA realizam curso de Iluminação Urbana

12
CONDOMÍNIOS
Fiscalização orienta síndicos sobre manutenção de condomínios

16
CREA-JR
CREA JR-PB particita de Encontro Norte/Nordeste de CREA'S JR

20
ENTIDADES
Clube de Engenharia comemora 70 anos de fundação

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB)
Presidente: Engenheira Agrônoma Giucélia Araújo de Figueiredo
1º Vice-Presidente: Eng. Civil Adilson D. de Pontes
2º Vice-Presidente: Eng. Civil Antônio M. F. Filho
1º Secretário: Eng. Quím. Alberto de Matos Maia
2º Secretário: Eng. Civil Dinival Dantas de F. Filho
1º Tesoureiro: Eng. Elet. Antônio dos Santos Dália
2º Tesoureiro: Eng. Civil Otávio Alfredo F. O. Filho

Câmaras Especializadas

Câmara Especializada de Engenharia Elétrica – CEEE
Coordenador: Martinho Nobre Tomaz de Sousa
Adjunto: Marcos Lázaro de Andrade Aquino

Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEEAC
Coordenador: Hugo Barbosa de Paiva Júnior
Adjunto: Edmilson Alter Campos Martins

Câmara Especializada de Agronomia – CEA
Coordenador: José Humberto A. de Albuquerque
Adjunto: Roberto Wagner Cavalcanti Raposo

Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalúrgica, Química, Geologia e Minas - CEMQGEOMINAS
Coordenador: Maurício Timótheo de Souza
Adjunto: Jorge Luiz Rocha

Revista do Crea-PB
Esta é uma publicação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB)
Edição e textos: Jornalista Grazielle Uchôa DRT/PB
Design Editorial: EstampaPB
Fotos: Arquivo e internet
Campanha do Dia do Engenheiro: Agência Mayday
e-mail: comunicacao@creapb.org.br
Telefone: (83) 3533-2505
Crea-PB - Av. Dom Pedro I, 809 Centro, João Pessoa/PB - Cep: 58013-021 - **Fone:** (83) 3533-2525
Site: www.creapb.org.br
Facebook: Crea-PB

EDITORIAL | Giucélia Figueiredo
Presidente do Crea-PB

EDITORIAL

Chegamos ao final de mais um ano, fortalecendo cada vez mais os nossos laços de compromisso e responsabilidade social. Em 2016, enfrentamos grandes desafios, sempre sintonizados com você, profissional.

Esta revista é um exemplo disso, pois é uma das nossas iniciativas no sentido de dialogar com você e com os temas da Engenharia e de interesse da sociedade. Nesta edição, você verá que a fiscalização tem recebido grande investimento para que possa aumentar a diversificar sua atuação. Destacamos ainda a participação do Crea Jr no Encontro Norte/Nordeste, o curso de Iluminação Urbana que realizamos em parceria com a Mútua, o lançamento da cartilha de 50 anos, e ainda homenageamos o Clube de Engenharia por seus 70 anos de história.

Giucélia Figueiredo
Presidente do Crea-PB

CONGRESSO

Carta do 9º CNP defende a Engenharia Nacional

A delegação do Crea-PB participou de 1 a 3 de dezembro, do 9º Encontro Nacional de Profissionais do Sistema Confea/Crea e Mútua (CNP), que reuniu cerca de 600 delegados de CREAs de todo o país em Brasília. O evento teve como objetivo analisar as propostas aprovadas durante a primeira etapa do Congresso, realizado de 01 a 03 de setembro, em Foz do Iguaçu (PR).

Os delegados aprovaram a Carta Declaratória que orientará as ações do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) pelos próximos anos. O encerramento do evento, na sexta-feira (2), foi marcado pela conclusão da pauta de 41 propostas, aprovadas na primeira etapa e da aprovação de três moções.

"Ouvimos todos os delegados, as contraditas, mais uma vez procuramos conduzir a mesa com total transparência. Somos um conselho pluri-profissional, o que torna naturais os debates, por vezes mais acalorados. As matérias serão encaminhadas à Comissão de Articulação Institucional do Sistema (Cais) para depois de uma análise técnica e jurídica irem ao plenário e depois para a sua homologação", declarou o presidente do Confea, José Tadeu da Silva.

Carta do 9º Congresso Nacional de Profissionais

Já o secretário geral desta edição do CNP, eng. agrim. e seg. trab. Edgar Bacelar, destacou que as propostas tiveram seus méritos mantidos nesta etapa, recebendo apenas contribuições formais. "Nossa avaliação é positiva, em termos de infraestrutura, organização e participação. São propostas que serão referência no Sistema e às quais será dada transparência, a exemplo das propostas de todos os CNPs, para que os profissionais as acompanhem", diz, com a experiência de haver participado de outros congressos, como profissional.

Em relação às moções aprovadas, versaram contra o projeto de lei do senador Álvaro Dias (PV-PR), sobre o uso do termo produto fitossanitário, em substituição a agrotóxicos, em manifestação apresentada pelo Crea-SC; pela interligação do Estado de Roraima ao Sistema Elétrico Nacional (SIN), tendo em vista que hoje praticamente toda a energia do Estado provém da Venezuela, e em defesa da Lei da Partilha na exploração do Pré-Sal (Lei n° 12.351/10).

CARTA DECLARATÓRIA DO 9º CNP

Reunidos na cidade de Foz do Iguaçu – PR, de 1º a 3 de setembro de 2016, e em Brasília-DF, de 1º a 2 de dezembro de 2016, os delegados participantes do 9º CNP, integrantes das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, apresentam à sociedade brasileira a presente declaração sobre o tema central "O Sistema Confea/Crea e Mútua em defesa da Engenharia e da Agronomia brasileiras":

Historicamente, a Engenharia e a Agronomia no Brasil sempre responderam com competência aos desafios do País.

O Brasil está vivendo um momento econômico aquém de suas possibilidades e das necessidades da sociedade brasileira.

Para o enfrentamento da atual estagnação, se faz urgente estabelecer uma ruptura com a atual política econômica, visto que a mesma não responderá às atuais demandas do necessário desenvolvimento nacional.

Como resposta ao sonho da maioria dos brasileiros e dos profissionais da área tecnológica, defendemos uma política econômica que priorize investimentos em infraestrutura estratégica, inovação, ciência e tecnologia nacional, ensino e pesquisa de excelência, visando, dessa forma, atender a toda a cadeia produtiva da engenharia e das atividades rurais, bem como fomentar a produção nacional para gerar mercado e emprego.

Nessa perspectiva, considerando o cenário internacional, o interesse nacional e mantendo rigorosa luta pelos valores éticos que devem nortear quaisquer atividades, a engenharia brasileira deve ser considerada como setor estratégico da economia e protegida do risco de desnacionalização, pois é necessário entender que não está em jogo apenas o Brasil de hoje, mas, sim, o Brasil das próximas décadas.

Nas tratativas de comércio internacional de serviços, não podemos aceitar, em nenhuma hipótese, a abertura unilateral do mercado brasileiro de obras e serviços de engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia para empresas e profissionais estrangeiros sem que haja garantia de reciprocidade nos mesmos termos negociados para empresas e profissionais brasileiros nos países signatários de tais acordos.

Vivemos um forte processo de degradação dos valores éticos e dos padrões de qualidade que possibilitaram a nossa engenharia alcançar respeito e admiração aqui e no exterior.

O Estado passou a negligenciar a infraestrutura brasileira, investindo menos de 3% do PIB nesse setor.

Propomos que o Poder Público volte a desempenhar o papel de indutor de investimentos e gestor da realização desses, por intermédio das seguintes medidas, sem as quais é improvável uma mudança de cenário que seja efetiva e sustentável:

- *resgatar o papel da Engenharia Pública, por meio do estabelecimento de normas administrativas para o setor público, impondo que o planejamento dos investimentos se baseie em Planos Diretores e Estudos de Viabilidade para fundamentar os orçamentos plurianuais;*
- *estabelecer a obrigatoriedade da elaboração de projetos executivos, antes da licitação das obras; revogar a Lei Federal nº 12.462, de 2011, que estabeleceu o regime diferenciado de contratações (RDC), e leis congêneres, estaduais e municipais; proibir a contratação de serviços e obras de engenharia pela modalidade pregão;*
- *estabelecer critérios para a contratação, sem licitação, de serviços e obras de engenharia emergenciais.*

Nas últimas décadas o Brasil tem reduzido os investimentos em tecnologia e produtividade agrícola e industrial.

O setor produtivo nacional possui grandes deficiências logísticas, para a movimentação dos produtos até o cliente final. Existe grande dependência do transporte rodoviário no País, necessitando de uma matriz multimodal de transporte adequada para suas dimensões.

A contribuição das empresas e dos profissionais do Sistema Confea/Crea ao desenvolvimento nacional é fundamental!

Plenária final do 9º CNP – Congresso Nacional de Profissionais

Sistema Confea/Crea e Mútua
Brasília, 2 de dezembro de 2016

LEGALIDADE

Estado é condenado a atualizar salário de servidores engenheiros

A juíza Flávia da Costa Lins Cavalcanti, da 1ª Vara da Fazenda Pública, decidiu pela condenação do Estado da Paraíba por conceder remuneração diferenciada a 64 engenheiros contratados para prestar serviço ao Estado. A magistrada citou o princípio da isonomia (todos são iguais perante a lei) para determinar que todos os engenheiros a serviço do Estado ganhassem a mesma remuneração.

Segundo o relatório, 64 engenheiros contratados pelo Estado ganharam, através de uma ação judicial, o direito de ser vinculados ao plano de cargos, carreira e remuneração do Estado da Paraíba. Os engenheiros contratados passaram então a ganhar o piso salarial normal da categoria (que é definida através de múltiplos do salário mínimo) e ter os mesmos direitos e vantagens dos servidores engenheiros concursados. Com isso, passaram a receber salários diferenciados dos servidores engenheiros, que possuem remuneração inferior.

Segundo o Estado, a remuneração não poderia ser estendida aos servidores engenheiros, pois a vinculação remuneratória dos 64 engenheiros em questão é ilegal. "Não se trata de estender a ilegalidade, mas de impor à Administração Pública o dever de cumprimento da Constituição Federal, que prevê, dentre outros princípios, o da isonomia", explicou a juíza Flávia Cavalcanti, na sentença.

O Estado foi condenado a pagar as diferenças salariais aos engenheiros concursados desde que foi concedido o benefício aos engenheiros contratados (o retroativo) e atualizar os salários atuais, para que todos os servidores que possuem a mesma carga horária e atribuições possuam igual remuneração.

Para a presidente do Crea-PB, Giucélia Figueiredo, a decisão da magistrada foi acertada e corrigiu uma disparidade injustificável na remuneração dos engenheiros do Estado. Ela alerta ainda para o fato de que, a nível municipal, é preciso também agir para que a lei seja cumprida. "Alguns municípios da Paraíba têm aberto concursos públicos, cuja remuneração dos engenheiros não contempla o Salário Mínimo Profissional, definido pela lei 4.950-A/66. O Crea tem acionado judicialmente as prefeituras dessas cidades, mas é preciso que esse tipo de prática seja cada vez mais coibido pela Justiça na Paraíba", reivindica Giucélia.

** Com informações da GECOM TJPB*

O Estado foi condenado a pagar as diferenças salariais aos engenheiros concursados desde que foi concedido o benefício aos engenheiros contratados (o retroativo) e atualizar os salários atuais, para que todos os servidores que possuem a mesma carga horária e atribuições possuam igual remuneração.

VOCÊ NÃO VIVERIA SEM A ENGENHARIA!

DA CASA QUE VOCÊ MORA, ATÉ A ÁGUA QUE VOCÊ CONSOME, EXISTE O TRABALHO DO ENGENHEIRO!

11 DE DEZEMBRO DIA DO ENGENHEIRO

HOMENAGEM

CONFEA
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

CREA-PB
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

www.creapb.org.br

APOIO

SENGE PARAÍBA Sindicato dos Engenheiros

IBAPE-PB

AEA-PB Associação dos Engenheiros Agrônomos da Paraíba

CEP-PB Clube de Engenharia da Paraíba

ASSEMPB Associação dos Engs. de Minas do Estado da Paraíba

ABEE-PB

APEAMB Associação Paraibana de Engenheiros Ambientais

AEST

FISCALIZAÇÃO

Denúncia resulta em operação relâmpago na zona rural

Uma operação articulada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB), na última semana de novembro, levou a autuações e apreensão de produtos agrotóxicos na cidade de Araçagi. A fiscalização reuniu o Ministério do Trabalho e Emprego, Sedap, Sudema, Ministério Público de Araçagi, Polícia Militar e Polícia Militar Ambiental. A ação foi resultado de uma denúncia recebida pelo Crea-PB nesta semana, que relatou o uso irregular de agrotóxicos em um sítio da zona rural do município.

Chegando ao local, a fiscalização constatou as irregularidades, verificando o uso de venenos no plantio dos abacaxis, armazenamento e descarte incorreto das embalagens de agrotóxicos, trabalhadores sem nenhum tipo de equipamento de proteção individual e ainda a falta do Receituário Agronômico. Segundo o engenheiro agrônomo, Raimundo Nonato, assessor técnico do Crea, o Receituário agronômico é um documento técnico obrigatório, feito por um profissional habilitado, que prescreve o tipo e a quantidade de agrotóxico necessário à plantação. "Ele funciona como uma receita médica,então, o profissional, após fazer o diagnóstico de determinada cultura, descreve qual remédio e a dosagem necessária para que a droga surta o efeito desejado, sem colocar em risco a vida do trabalhador que maneja o produto e das pessoas que vão consumir aquele alimento", explica.

No sítio em que ocorreu a fiscalização, estava sendo utilizado o Herbicida 24D, produto proibido para utilização em cultura. De acordo com João Alberto, fiscal da Sedap e conselheiro do Crea-PB, o herbicida deixa a aparência do abacaxi mais bonita e aumenta seu tamanho, no entanto, é um veneno proibido para alimentos, autorizado apenas para utilização em pastagem.

Além disso, os agrotóxicos estavam armazenados de maneira incorreta, tendo suas embalagens reutilizadas, o que é proibido. O local foi interditado pela fiscalização. O Crea-PB autuou o proprietário do sítio pela falta de Receituário Agronômico e de Responsável Técnico e, logo em seguida, se dirigiu, juntamente com os demais órgãos, ao estabelecimento comercial em que o proprietário do sítio alegou comprar os agrotóxicos. No local, também foi efetuada uma autuação pela falta de Receituário Agronômico.

A importância da denúncia

O subgerente de fiscalização do Crea-PB, Juan Ébano, destaca que a fiscalização só foi possível por causa de uma denúncia recebida pelo Conselho. Ele conta que, assim que recebeu a denúncia, o Crea solicitou o apoio dos demais órgãos para a organização de uma operação relâmpago em Araçagi. "A sociedade pode contribuir, e muito, com o nosso trabalho. Neste caso, fomos capazes de intervir em um local que apresentava risco iminente para os trabalhadores e para a segurança alimentar das pessoas que consumiriam esses abacaxis. Por isso, nós pedimos à população que denuncie obras e serviços de engenharia e agronomia irregulares", ressalta Juan.

As denúncias para o Crea-PB podem ser identificadas ou anônimas, e podem ser feitas através da Ouvidoria ou da Fiscalização. Os números telefônicos são (83) 3533-2510 ou 3533-2537. Também é possível fazer pessoalmente, na sede do Crea-PB, em João Pessoa (Av. Pedro I, 809 - Centro), ou através do email ouvidoria@creapb.org.br.

FISCALIZAÇÃO COM VÁRIOS ÓRGÃOS DETECTOU USO IRREGULAR DE AGROTÓXICOS EM PLANTIOS DE ABACAXI

A sociedade pode contribuir, e muito, com o nosso trabalho

| *Juan Ébano* |

EDUCAÇÃO

CREA e MÚTUA realizam curso de Iluminação Urbana

No dia 7 de dezembro, o sindicato dos engenheiros da Paraíba recebeu, em seu auditório, o Curso de Iluminação Urbana, promovido pelo Crea-PB e Mútua. O engenheiro eletricista Robson Barbosa, doutorando em Energia pela USP, foi o ministrante do curso, que teve como público alvo engenheiros, técnicos, estudantes e gestores municipais.

Na mesa de abertura, estavam presentes a presidente e o superintendente do

Crea, Giucélia Figueiredo e Antônio Carlos Aragão, o coordenador geral da Mútua-PB, Antônio da Cunha, o presidente da ABEE-PB, Martinho Nobre, e o presidente do Movimento Energia Inteligente, Luiz Carlos de Oliveira.

Em sua fala, Giucélia Figueiredo destacou a importância dada pelo Conselho à educação continuada dos profissionais. "O Crea da Paraíba tem a compreensão de que a principal ferramenta do exercício profissional é o conhecimento. Por isso, nós ficamos muito felizes em compartilhar com as entidades parceiras este momento, que endossa a engenharia paraibana como instrumento de desenvolvimento do estado", disse.

A presidente do Crea agradeceu a Mútua-PB e nacional, que viabilizaram a realização do evento, e convidou os profissionais e estudantes para conhecerem a Caixa de Assistência. "A Mútua é um instrumento nosso, que não só nos proporciona uma série de benefícios, mas pode facilitar também o nosso exercício profissional, como nos momentos em que procuramos ampliar nossas atividades profissionais", comentou Giucélia.

Já o coordenador geral da Mútua-PB, Antônio da Cunha, lembrou que a Caixa de Assistência completa hoje 40 anos de existência. "Nesta data tão importante para nós, brindamos os profissionais com esse evento, que beneficia os técnicos e, por que não afirmar, contribui com toda a sociedade".

Foi justamente o aspecto social o destaque do professor Robson Barbosa, no início do curso. Ele ressaltou que a Iluminação Urbana é um tema que envolve a vida de todos os cidadãos, quando se discute a segurança das cidades, qualidade de vida, ou mesmo os gastos dos municípios. Segundo Robson, o curso foi concebido há 16 anos, com a intenção de abordar todos os itens que abrangem esse assunto, desde a fundamentação teórica, tecnologias, regulamentação, melhoria de eficiência e da gestão de sistemas.

O curso faz parte das atividades programadas pelo Crea-PB, Mútua e Senge (Sindicato dos Engenheiros), em comemoração ao Dia do Engenheiro, no próximo dia 11 de dezembro.

CONDOMÍNIOS

Fiscalização orienta síndicos sobre manutenção de condomínios

Na Paraíba, cresce cada vez mais, em quantidade e dimensões, o número de condomínios residenciais. Essas habitações reúnem centenas de moradores e, preocupada com a segurança dessas pessoas, a fiscalização do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB) passou a realizar vistorias contínuas nesses locais. O objetivo é averiguar as responsabilidades técnicas dos equipamentos que demandam manutenção especializada.

De acordo o Agente Fiscal do Crea, Valber Galdino, a fiscalização se concentra em três equipamentos principais: segurança eletrônica (cercas elétricas), elevadores e geradores. "Solicitamos ao síndico ou responsável do condomínio a relação de empresas que instalaram e mantêm o funcionamento desses equipamentos. Em seguida, verificamos se a empresa tem registro no Crea e se foi feita a manutenção e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", explica.

Segundo Valber, a ART é o documento emitido pelo Crea-PB, que comprova a realização da manutenção dos equipamentos por um profissional habilitado pelo Regional. Ele serve como uma garantia, tanto para a empresa como para o respon-

sável pelo condomínio, de que o serviço foi prestado adequadamente.

Caso a empresa não seja registrada no Crea ou não apresente a ART, o Agente Fiscal poderá autuar a mesma, que deverá pagar multa equivalente à infração. No caso do condomínio, não há nenhum ônus perante o Crea, mas Valber Galdino alerta para os possíveis prejuízos à segurança dos condôminos, pois se o condomínio contrata uma empresa que está prestando o serviço ilegalmente ou não está realizando a manutenção dos equipamentos, seus moradores ficam vulneráveis e, se houver qualquer problema, não terão nenhuma garantia técnica para solução do mesmo. "Além disso, trata-se de uma segurança para o síndico ou gestor do condomínio. Por exemplo, se uma pane no elevador ocasionar um dano físico a algum dos moradores, quem será responsabilizada é a empresa contratada, não o síndico", exemplifica o Fiscal.

"Manual do Condomínio"

Para conscientizar os síndicos sobre a importância do assunto, o Crea-PB tem investido ainda em uma fiscalização pedagógica. Durante a vistoria, o Agente Fiscal disponibiliza para o responsável pela administração do condomínio um manual editado pelo Conselho de Engenharia.

O material, intitulado "Manual do Condomínio", segundo Valber Galdino, tem a intenção de oferecer a síndicos e proprietários um guia com as principais regras para a manutenção e reformas de condomínios, de acordo com a legislação e normas vigentes.

O primeiro síndico a receber a cartilha foi o bancário aposentado Windson Carvalho de Melo, responsável pela administração de um condomínio no bairro de Cabo Branco há cinco anos. Para Windson, o Manual é oportuno e a fiscalização do Crea é interessante para todos os envolvidos. "Não é fácil. Hoje em dia, aparece muita gente dizendo que presta determinados serviços, mas que não tem as atribuições necessárias e o respaldo do Conselho profissional para poder atuar legalmente. Esse trabalho vai despertar e conscientizar as administrações dos condomínios para que procurem as empresas registradas no Crea, porque quando surgirem os problemas que provoquem danos a algum condômino, com certeza ele vai querer mover uma ação judicial e o síndico vai ter que responder".

Segundo o síndico, a conversa com o Agente Fiscal esclareceu muitas dúvidas e trouxe uma série de informações novas para sua administração. "O fiscal do Crea me informou sobre muita coisa que eu desconhecia, como por exemplo a necessidade de as empresas que fazem a manutenção da cerca elétrica e do gerador terem registro no Crea. Uma cerca instalada da maneira errada pode custar uma vida. Não dá para brincar com esse tipo de assunto", concluiu Windson.

ALÉM DAS VISTORIAS DE ROTINA, ESTÁ SENDO ENTREGUE CARTILHA INFORMATIVA SOBRE QUESTÕES TÉCNICAS ENVOLVIDAS NOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REFORMAS

EVENTO

Crea-PB promove Seminário de Fiscalização em Campina Grande

O Crea-PB, através da sua Gerência de Fiscalização, promoveu, na primeira semana de novembro, o Seminário de Fiscalização 2016. O evento, que acontece anualmente, foi realizado no auditório da Inspetoria do Crea em Campina Grande, e tem como público alvo todos os fiscais do Regional no estado - 17, ao todo.

De acordo com o gerente de Fiscalização, Antônio César, o objetivo do Seminário é capacitar o corpo técnico no sentido de assegurar a execução de um serviço qualificado à sociedade. Para isso, o evento conta com a participação de palestrantes de várias modalidades da engenharia, que atuam em Crea's de outros estados. Na quinta-feira, também ocorrerá uma visita técnica à Stratus Indústria Aeronáutica, no Distrito de São José da Mata, em Campina Grande.

A abertura do Seminário contou com a palestra da ouvidora do Crea-PB, Alméria Carniato, cuja exposição teve o tema "Motivação: o segredo do sucesso". Além disso, o engenheiro mecânico Maurício Timóteo de Sousa, coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Química, Geologia e Minas do Regional, encerrou o primeiro turno do dia apresentando para os fiscais o Manual Nacional de Fiscalização das Câmaras Especializadas de Industrial.

À tarde, os temas foram a fiscalização de propriedades rurais e de obras públicas, ministrados por técnicos especializados: o Téc. agrícola Giovani Bertol, gerente de fiscalização do Crea-MT, e o Téc. em Estradas, Antônio Filho Martins, gerente de fiscalização do Crea-PI.

Ao final do evento, na tarde da quinta-feira, os fiscais tiveram ainda um momento de diálogo coletivo e compartilhamento de experiências, que vai contar com a participação de todos os fiscais e Inspetores do estado. O objetivo, segundo a gerência de Fiscalização do Crea-PB, foi encerrar o evento acertando as práticas e uniformizando os procedimentos de fiscalização do Conselho em todo o estado.

Visita técnica

A programação do Seminário de Fiscalização 2016 também contou com a visita técnica dos fiscais à fabrica de aviões Stratus Indústria Aeronáutica.

A empresa, instalada em Campina Grande desde 2014, produz aeronaves de pequeno porte, de dois e quatro lugares, e é uma das únicas situadas no Nordeste. A Stratus é parceira da empresa Volato Aeronaves, indústria brasileira com mais de 15 anos no mercado e mais de 300 aeronaves construídas. De acordo com a gerência de Fiscalização do Crea-PB, a visita teve o intuito de conhecer melhor o processo produtivo da fábrica, já que se trata de um tipo indústria com a qual os fiscais não têm contato no dia a dia de trabalho.

Em breve, além dos fiscais, inspetores e conselheiros do Crea-PB também realizarão visita técnica na fábrica, que está inserida no roteiro de indústrias fiscalizadas anualmente pelo Regional.

DESTAQUE

73ª Soea atrai 3 mil participantes a Foz

Mais de três mil participantes acompanharam os discursos de abertura e a cerimônia que registra reconhecimento a 24 profissionais de destaque nas áreas tecnológicas brasileiras. Trata-se da solenidade de abertura da Semana-da Oficial da Engenharia e da Agronomia (Soea). Em sua 73ª edição, a Soea foi realizada no município paranaense de Foz do Iguaçu, de 29 de agosto até dia 1º de setembro. Logo após, nos dias 2 e 3, foi promovido o 9º Congresso Nacional de Profissionais (CNP).

Em seu discurso, o presidente do Confea, José Tadeu da Silva, ressaltou que o país passa por uma grave crise econômica, política e ética e lembrou que existem mais de 30 mil obras paralisadas ou inacabadas país afora. "Não tem prejuízo maior do que esse". José Tadeu também defendeu a presença de engenheiros no planejamento e no poder decisório do país, lembrando-se da importância que a Soea tem para debater as grandes questões da Engenharia nacional. "A Engenharia e a Agronomia estão a favor do Brasil e é grande a nossa responsabilidade neste momento".

O presidente do Crea-PR, Joel Krüger, destacou a realização do 9º Congresso Nacional de Profissionais (CNP), evento trienal que, neste ano, iniciar-se-á imediatamente após

a Soea. "Será o grande momento de alterarmos os marcos legais de nosso Sistema que dificultam nossa possibilidade de realizar mudanças". Sobre a organização do evento, ressaltou que "desde que o Paraná foi escolhido para sediar esta Semana, tudo foi planejado para cumprir todas as etapas que envolvem a realização de uma Soea".

A prefeita em exercício de Foz do Iguaçu, Ivone Barofaldi, destacou o potencial turístico da região. "Esse auditório lotado mostra a participação massiva dos profissionais das áreas de Engenheira e Agronomia do Brasil. Nossa economia agradece essa movimentação". Para o presidente da Mútua, Paulo Guimarães, a realização da Semana em Foz do Iguaçu é exemplo de que é possível o convívio harmônico entre conhecimento, tecnologia e recursos naturais. "Aqui temos a força de dois monumentos: um natural – as cataratas – e o outro construído pelo homem, com contribuição da Engenharia – a usina Hidrelétrica de Itaipu".

Também compuseram o dispositivo de honra o presidente da FMOI, Jorge Spitalnik; representante da Upadi, Edemar Amorim; vice-presidente do Confea, Antônio Carlos Alberio; os coordenadores da Comissão do Mérito do Confea, conselheiro Mário Amorim Varela; do Colégio de Presidentes, Modesto Ferreira dos Santos; do Colégio de Entidades Nacionais, Jorge Nei Brito; e das Câmaras Especializadas, Leo Soares de Oliveira.

Paraibanos homenageados

Anualmente, durante a solenidade de abertura da Semana Nacional de Engenharia e Agronomia, maior evento do sistema Confea/Crea e Mútua, são entregues honrarias a importantes nomes da engenharia brasileira. Este ano, o engenheiro civil e sanitarista, Sérgio Rolim, e o Clube de Engenharia da Paraíba foram homenageados, elevando o nome da Paraíba no cenário da engenharia brasileira.

São 12 Medalhas do Mérito, entregues aos homenageados em vida, e a inscrição no Livro do Mérito, com os nomes das 12 homenagens póstumas; somam-se ainda a entrega de três Placas de Menção Honrosa, destinadas a entidades de representação profissional, ensino e pesquisa. Com isso, são 27 homenageados no total.

O presidente do Clube de Engenharia da Paraíba, Adilson Dias de Pontes, recebeu a notícia com entusiasmo, especialmente porque a entidade completa em 2016 seus 70 anos de existência. "Quantas entidades de peso não temos no Brasil? Sentimo-nos honrados com essa láurea e a dedicamos a todos os associados e à diretoria. É também uma conquista pessoal, por eu estar neste momento como presidente do Clube", afirmou.

Já o engenheiro civil e sanitarista, Sérgio Rolim, atribui sua premiação a vários motivos, dentre os quais, os seus cursos de capacitação na área da Engenharia Sanitária em quase todos os estados brasileiros e em 12 países da América Latina, a publicação de oito livros técnicos e ainda seu trabalho como engenheiro da Cagepa e professor da UFPB durante quase 30 anos, além de ter sido funcionário da OPAS/OMS durante dez anos como Consultor de Águas Residuais para a América Latina e o Caribe. "Fiquei realmente muito sensibilizado por ser reconhecido a nível nacional pelo trabalho que fiz e ainda faço. Dediquei toda minha vida na área profissional, a melhorar a qualidade de vida da população Latino-Americana com capacitação para desenvolvimento de projetos e obras na área da abastecimento de água e sistemas de esgotos sanitários", concluiu o engenheiro, que também preside a Academia Paraibana de Engenharia.

Coordenada por Mário Amorim e formada pelos também conselheiros Paulo Laércio Vieira, Célio Moura, Antônio Albério e Lúcio Ivar do Sul, a Comissão do Mérito do Confea é encarregada de receber as indicações vindas dos Creas – este ano foram 135. As honrarias foram entregues na noite de 29 de agosto, na solenidade que marcou a abertura da 73ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (Soea), em Foz do Iguaçu (PR).

BENEFÍCIOS

Mútua abre escritório na inspetoria do Crea em Campina Grande

Caixa de Assistência dos profissionais do Crea, a Mútua tem um novo espaço para atender aos profissionais de Campina Grande e região.

As novas instalações estão no prédio da inspetoria do Crea-PB na cidade, localizada na Rua Prof. Capiba, 462, no bairro do Centenário.

Antes instalada apenas em João Pessoa, a Mútua agora pretende interiorizar suas ações. É o que afirma o diretor-geral, Antônio da Cunha, que chama a atenção dos profissionais das áreas de Engenharia para os benefícios da Caixa de Assistência. "Ao se associar à Mútua, o profissional do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia tem à sua disposição onze benefícios reembolsáveis (linhas de crédito) com taxas de juros especiais, variando de 0,30% a 0,90% ao mês, mais o INPC médio dos últimos 12 meses. Um para cada necessidade: Ajuda Mútua, Garante Saúde, Equipa Bem, Férias Mais, Apoio Flex, Construa Já, Família Maior, Educação, Veículos, Empreendedorismo e Agropecuário", explica.

Segundo a presidente do Crea-PB, Giucélia Figueiredo, a cessão de um espaço na inspetoria do Conselho para a instalação da Mútua foi só mais um passo, que expressa a parceria das duas instituições, com o objetivo de aproximar cada vez mais os profissionais do Regional com a Caixa de Assistência, "que pode oferecer a eles uma série de vantagens,especialmente nesse tempo particularmente difícil da nossa economia".

Ao profissional do Crea, dedicamos os momentos da vida.

GECOM/2016

Todos.
Inclusive os mais especiais.

Seja **Sócio Contribuinte** e tenha acesso a mais de uma dezena de benefícios reembolsáveis, plano de saúde, previdência complementar e descontos no Distrito Federal e em todo o Brasil. **Associe-se!**

ISO 9001:08
QUALIDADE CERTIFICADA
MÚTUA

MÚTUA
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

CONFEA Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia

Mútua-PB:
Av. Dom Pedro I nº 827
Centro - João Pessoa-PB
Tel.: (83) 3241-5233 / (83) 3241-5031

ENTIDADES

70 ANOS DO CEP-PB: UMA HISTÓRIA À SERVIÇO DA ENGENHARIA

O ano de 1946 foi marcado pela promulgação da segunda Constituição que dava direito ao voto feminino no Brasil, pela fundação da Unesco e pelo nascimento de Alceu Valença. Na Paraíba, um fato marcou a história da Engenharia: em 11 de dezembro, fundou-se a Escola de Engenharia, depois denominada Clube de Engenharia, primeira entidade da categoria no estado. Sua sede, hoje, fica à beira mar da Praia do Seixas, em João Pessoa.

Reconhecido como entidade fundadora do sistema Confea/Crea, o Clube completa, em 2016, 70 anos de sua fundação. Para comemorar, foram realizados dois dias de atividades em parceria com o Senge, Fisenge, Crea, Mútua, Ibape e Sinduscon.

Em 16 de dezembro , além de uma missa em Ação de Graças, a entidade fez, no auditório do Senge, uma homenagem aos seus ex-presidentes. O engenheiro Adilson Pontes, que hoje preside o CEP-PB, contou a história do Clube, ressaltando fatos marcantes ao longo das sete décadas de existência da entidade.

Para Adilson, estar à frente do CEP-PB é uma responsabilidade diante da comunidade da Engenharia. "Presidir uma entidade que tem todo esse histórico me orgulha e me desafia todos os dias a buscar com afinco representar os engenheiros paraibanos da melhor maneira", afirmou.

A presidente do Crea-PB também participou das comemorações. Na abertura da solenidade, Giucélia Figueiredo enalteceu a gestão do engenheiro Adilson Pontes e reafirmou o compromisso do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia com todas as entidades de classe da Paraíba.

As comemorações tiveram continuidade no dia 17 de dezembro, quando o Clube realizou uma caminhada ecológica, com concentração no Busto de Tamandaré, e em seguida realizou, em sua sede, na Praia do Seixas, as eleições para representante do Clube junto ao Crea-PB e uma confraternização com apresentação cultural do grupo Os Mulatos.

MEMÓRIA DO CLUBE DE ENGENHARIA DA PARAÍBA

NO SENGE, ENTIDADES PARTICIPAM DE LANÇAMENTO DA CARTILHA DE 50 ANOS DO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Engenheiros das mais variadas modalidades, agrônomos, químicos, arquitetos e urbanistas e médicos veterinários mantêm em comum um direito que poucas categorias profissionais conquistaram: um piso profissional. Previsto na lei federal 4.950-A, o piso das categorias completa cinco décadas neste ano. Para marcar o aniversário de um dos mais importantes direitos dos profissionais das categorias, o Senge-PB promoveu o lançamento da cartilha dos "50 Anos do Salário Mínimo Profissional: lutas e desafios para sua implementação". O evento ocorreu no mesmo dia em que o Sindicato dos Engenheiros da Paraíba recebeu as comemorações dos 70 anos de Clube de Engenharia.

O piso profissional é o menor valor que pode ser pago ao trabalhador, não importa qual seja sua fonte pagadora. Com isso, pela lei 4950-A/66 as categorias abrangidas por ela têm direito a uma remuneração mínima de 6 salários mínimos para jornadas de 6 horas de trabalho e 8,5 salários mínimos para jornadas de 8 horas de trabalho.

Publicada pela Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), a cartilha aborda a íntegra da lei federal, além de um histórico sobre o processo de idealização e aprovação da lei, textos jurídicos esclarecendo as principais dúvidas sobre quais categorias são abrangidas pela lei, quais os valores para cada carga horária, sobre cálculos de gratificação e vários outros.

Acesse a página do Crea para versão digital da cartilha: http://creapb.org.br/comunicacao_categoria/outras-publicacoes/

ARTIGO | Henrique Elias Pessoa Gutierres
Geógrafo da UFPB; Especialista em Licenciamento Ambiental; Mestre em Análise Ambiental e Doutorando em Geografia. Professor do Curso de Engenharia Civil do UNIPÊ; Membro da APROGEO-PB; Conselheiro do CREA-PB no COPAM e no COMAM.

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS EQUIPES TÉCNICAS ELABORADORAS DOS EIAS/RIMAS NA PARAÍBA

O EIA é um instrumento de planejamento das ações futuras com elevado potencial de degradação ambiental, compreendendo a avaliação dos impactos, a identificação de soluções e de alternativas, o desenvolvimento de medidas para prevenir, controlar e compensar os impactos inevitáveis.

A implantação de empreendimentos e o desenvolvimento das obras de engenharia é algo que acontece diariamente em todo o Brasil. Como é de se esperar, existe uma grande preocupação a respeito da atuação profissional das pessoas responsáveis pela execução dessas atividades, contudo, deve-se pensar que antes do início das atividades de construção dos empreendimentos de grande poder de degradação ambiental, necessita-se que o mesmo seja licenciado com a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental, documentos conhecidos pela sigla EIA/RIMA.

Tomando a definição presente na Resolução nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o licenciamento ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. No entanto, tais empreendimentos e atividades se diferenciam no seu potencial de degradação, estando aqueles considerados como efetiva ou potencialmente causadores de significativa degradação do meio, sujeitos a exigência em apresentar o EIA/RIMA para o encaminhamento do licenciamento ambiental.

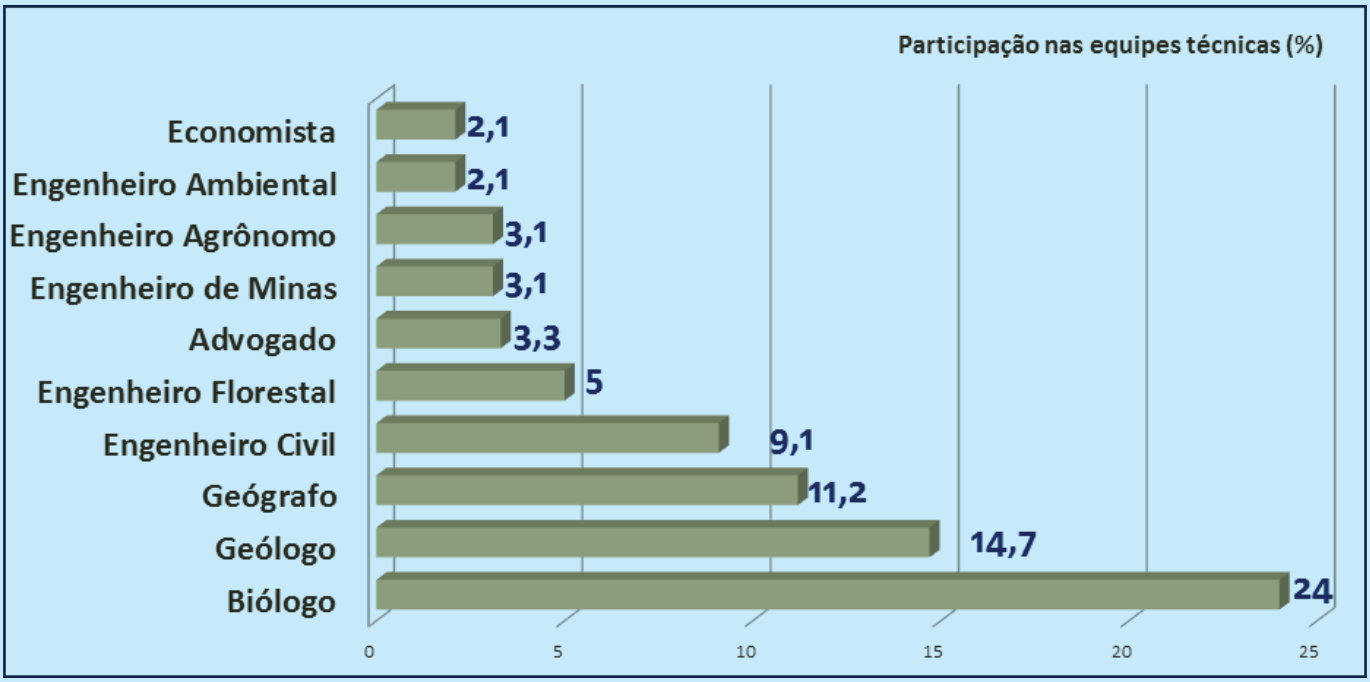
Sendo o EIA/RIMA um instrumento que tem como objetivo a prevenção e a minimização do dano ambiental provocado por empreendimentos de grande potencial degradador, é importante que haja compromisso e responsabilidade na preparação desse estudo, não podendo o mesmo se constituir em uma mera formalidade.

O EIA é um instrumento de planejamento das ações futuras com elevado potencial de degradação ambiental, compreendendo a avaliação dos impactos, a identificação de soluções e de alternativas, o desenvolvimento de medidas para prevenir, controlar e compensar os impactos inevitáveis. Logo, objetiva a prevenção e a avaliação dos impactos negativos de um empreendimento ou atividade sobre os meios físico, biótico e antrópico, identificando mecanismos para evitá-los antes que o empreendimento inicie a sua construção. Mas tratar do EIA/RIMA é se remeter aos profissionais responsáveis pela sua elaboração, que envolve atividades de escritório, de campo, de laboratório, produção de documentos cartográficos e a obtenção de dados e documentos em órgãos públicos, empresas privadas e entidades em geral. A Resolução CONAMA nº 01/1986 estabelece uma estrutura mínima para as atividades técnicas a serem desenvolvidas no momento da elaboração do EIA: Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto (considerando o meio físico, meio biológico e o meio socioeconômico); Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas; Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos; Elaboração dos programas de acompanhamento e monitoramento (impactos positivos e negativos). Discutir a composição das equipes técnicas responsáveis pela elaboração dos estudos ambientais é partir do entendimento de que o EIA é elaborado considerando os três meios principais: Físico, Biológico e Socioeconômico.

Aqueles que conhecem os procedimentos para elaboração de um EIA sabem que esses três meios não estão presentes apenas no item "Diagnóstico Ambiental", mas norteiam também os demais itens, a exemplo da "Análise dos impactos ambientais", "Definição das medidas mitigadoras" e "Elaboração dos programas de acompanhamento e monitoramento", conforme constam nos incisos II, III e IV do artigo 6º da Resolução CONAMA nº 01/86. Logo, espera-se que cada "MEIO" fique sob a responsabilidade de profissionais legalmente habilitados para tratarem das diferentes especialidades. Além das diretrizes estabelecidas pela citada resolução, deve-se salientar que a composição da equipe técnica deve levar em consideração aquilo que é solicitado no Termo de Referência, documento que orienta a elaboração do EIA/RIMA, a partir de um maior detalhamento daquilo que deve constar no estudo ambiental, de acordo com as especificidades do projeto e o ambiente a ser impactado, conforme determinado pelo órgão ambiental licenciador.

Tomando a preocupação com relação à quantidade de profissionais das equipes técnicas e as profissões responsáveis pela elaboração dos EIAs no estado da Paraíba nos últimos anos (2000-2015), serão apresentados a seguir os resultados obtidos pelo Projeto de Iniciação Científica, intitulado "Análise da abordagem da geomorfologia nos EIAs/RIMAs no Estado da Paraíba", desenvolvido no Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, que objetivou tratar da qualidade dos Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) protocolados no órgão estadual de meio ambiente da Paraíba (SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente). Contudo, neste artigo, será feita uma exposição e discussão dos dados levantados relativos à composição das equipes profissionais responsáveis pela elaboração dos estudos identificados e analisados.

Ranking dos profissionais que integraram as equipes de elaboração dos EIAs/RIMAs (2000 – 2015)



Diante do que já foi exposto, não há dúvida de que essa equipe responsável pela elaboração dos estudos ambientais precisam ter um caráter multidisciplinar e composta por profissionais legalmente habilitados. Observa-se que do total de 43 EIAs identificados e analisados pela equipe do projeto*, treze estudos tiveram de 4 a 6 profissionais na equipe, o que representa 30,2% do total analisado. Ou seja, quase um terço dos EIAs foram elaborados por, no máximo, 6 profissionais, o que coloca em discussão o caráter multidisciplinar das equipes. Procedeu-se também a totalização dos participantes das equipes em relação a profissão/formação de cada membro. A participação de cada profissional, a partir de um total de 419 profissionais integrantes das equipes técnicas nos 43 EIAs analisados, resultou numa média de 10,2 profissionais/EIA. Constata-se que do montante total, 59% é composto pelos profissionais mais requisitados (Biólogos, Geólogos, Geógrafos, Engenheiro Civil e Engenheiro Florestal). Destes, quatro estão vinculados ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme demonstra o gráfico. Quando se observa a lista dos dez profissionais mais contratados, constata-se que os profissionais do CREA somam sete profissionais, o que demostra a importância do CREA no exercício profissional nos EIAs na realidade do Estado da Paraíba.

Dessa forma, a partir do que foi analisado, elencamos algumas das principais deficiências e falhas constatadas na composição das equipes profissionais dos EIAs analisados:

- caráter multidisciplinar da equipe é restrito a três ou quatro profissões;
- Nenhum dos profissionais da equipe técnica possui atribuição para atuar na área dos "Estudos Socioeconômicos";
- A equipe não possui profissional com atribuição para atuar nos "Estudos sobre a Fauna";
- Constatou-se a falta de profissionais habilitados para atuar nas áreas de Geologia/Geomorfologia/Hidrogeologia;
- Verificou-se, em alguns estudos, que um profissional ficou responsável por todo o "Estudo do Meio Físico" (Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Hidrogeologia, Águas superficiais, Climatologia, etc.) e um outro profissional responsável por todo o "Estudo do Meio Biológico" (Flora e Fauna), o que evidencia a existência de "su-

perprofissionais" e a falta da multidisciplinaridade;

- Foram identificados profissionais sem a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

- Profissionais que constam na lista da equipe técnica, mas que não apresentaram o número do registro no respectivo conselho profissional;

- Falta da cópia do diploma de graduação ou outro documento que comprove a profissão daqueles profissionais que não possuem Conselho Profissional;

- Falta de comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, gerido pelo IBAMA, conforme determinação da Resolução CONAMA nº 01/88.

Sendo o EIA/RIMA um instrumento que tem como objetivo a prevenção e a minimização do dano ambiental provocado por empreendimentos de grande potencial degradador, é importante que haja compromisso e responsabilidade na preparação desse estudo, não podendo o mesmo se constituir em uma mera formalidade. Não só os empreendedores e os órgãos ambientais devem prezar pela qualidade dos estudos ambientais, como também os profissionais e os respectivos conselhos profissionais. Os resultados demonstram várias deficiências na composição das equipes profissionais para elaboração dos EIAs/RIMAs no estado da Paraíba, com várias situações de exercício irregular dos diversos profissionais, não respeitando os instrumentos legais que regulam as diversas profissões no Brasil. Porém, o que mais chamou atenção foi à negligência com os "Estudos do meio Socioeconômico", que dentre outros objetivos, tem o intuito de trabalhar os impactos benéficos e maléficos que o empreendimento irá gerar para a sociedade, especialmente para aquelas comunidades residentes próximas ao empreendimento a ser licenciado. Conforme descrito pelo Ministério Público Federal (MPF), em sua publicação - "Deficiências em estudos de impacto ambiental: síntese de uma experiência" (2004), a falta de um profissional especializado para tratar de determinados temas do EIA acarreta em algumas deficiências, a exemplo de: ausência de levantamentos de campo; caracterização da área baseada, predominantemente, em dados secundários; ausência ou insuficiência de informações sobre a metodologia utilizada; falta de integração dos dados de estudos específicos; caracterizações socioeconômicas regionais genéricas, não articuladas às pesquisas diretas locais; pesquisas insuficientes e metodologicamente ineficazes; não-identificação de determinados impactos ambientais; identificação parcial de impactos ambientais; indicação de impactos genéricos; subutilização ou desconsideração de dados dos diagnósticos para avaliação dos impactos ambientais.

Sendo assim, vale destacar que os conselhos profissionais também desempenham um relevante serviço junto as empresas de consultoria ambiental, que são responsáveis por contratar os profissionais dessas equipes. E cabe a elas cobrar das pessoas contratadas a comprovação do registro profissional, da sua regularidade e do registro do serviço junto ao respectivo conselho, a exemplo da ART.

Logo, quando profissionais não aptos a trabalhar em um determinado tipo de estudo são escolhidos, corre-se um sério risco de, diante da falta de conhecimento aprofundado sobre o assunto, resultar em uma avaliação inadequada da importância dos impactos do empreendimento.

***O projeto contou com a participação de Camilla Jerssica da Silva Santos (discente do curso de bacharelado em Geografia da UFPB); Jéssika de Oliveira Neles Rodrigues (discente do curso de bacharelado em Engenharia Ambiental da UFPB); Valdeniza Delmondes Pereira (discente do curso de bacharelado em Geografia da UFPB).**

Siglas:
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa
APROGEO-PB – Associação Profissional de Geógrafos no Estado da Paraíba
COPAM – Conselho de Proteção Ambiental
COMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente de João Pessoa

Chegamos ao final de mais um ano, fortalecendo cada vez mais os nossos laços de compromisso e responsabilidade social. Enfrentamos grandes desafios, sempre sintonizados com você profissional.

A determinação e criatividade foram a nossa marca em 2016. Esperamos que em 2017 estejamos cada vez mais próximos, com energia e, acima de tudo, a consciência da importância da engenharia para o desenvolvimento sustentável da nossa Paraíba.

Feliz Ano Novo

GIUCÉLIA FIGUEIREDO

PRESIDENTE DO CREA-PB

CONFEA CREA-PB MUTUA